



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE ITÁPOLIS - 0049

[2001 a 2500 processos]

Aos 26 dias do mês de julho de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 8/2018, divulgado em 8/5/2018 no DEJT (Edição 2469/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 722). Presente o Juiz Substituto JOSUE CECATO. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	BORBOREMA, TABATINGA, IBITINGA, ITAPOLIS, NOVO HORIZONTE
Lei de Criação:	7.729/89
Data de Instalação:	20/10/1989
Data de Instalação do PJE:	21/05/2014
Data da Última Correição:	08/08/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	4 %
Acervo PJe/Acervo Total:	96 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
AFRANIO FLORA PINTO	19/12/2014

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
09/06/2017 a 11/08/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
12/08/2017 a 10/09/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
11/09/2017 a 17/09/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
18/09/2017 a 19/09/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
20/09/2017 a 19/12/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
20/12/2017 a 31/12/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
01/01/2018 a 30/01/2018	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
31/01/2018 a 04/02/2018	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
05/02/2018 a 02/03/2018	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
03/03/2018 a 20/05/2018	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/08/2017 a 16/07/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ANGELA NAIRA BELINSKI	22/01/2018 a 06/02/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
CARLOS EDUARDO ANDRADE GRATAO	19/07/2017 a 10/09/2017
CARLOS EDUARDO ANDRADE GRATAO	16/09/2017 a 23/10/2017
CARLOS EDUARDO ANDRADE GRATAO	28/10/2017 a 18/12/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
JEFERSON PEYERL	28/08/2017 a 28/08/2017
JEFERSON PEYERL	11/09/2017 a 17/09/2017
JEFERSON PEYERL	08/02/2018 a 11/03/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
JOSUE CECATO	19/07/2017 a 20/08/2017
JOSUE CECATO	20/09/2017 a 19/12/2017
JOSUE CECATO	08/01/2018 a 20/05/2018
JOSUE CECATO	21/05/2018 a 12/06/2018
JOSUE CECATO	13/07/2018 a 18/07/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
26/01/2018 a 02/02/2018	AFASTAMENTO - FALECIMENTO



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/08/2017 a 16/07/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
PAULO HENRIQUE COIADO MARTINEZ	07/02/2018 a 18/07/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
07/02/2018 a 08/03/2018	FERIAS
16/07/2018 a 18/07/2018	FERIAS

NOME	PERÍODO
SIDNEY XAVIER ROVIDA	31/01/2018 a 04/02/2018

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/05/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
AILTON JANUARIO JUNIOR	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	01/07/2005
CAIO AUGUSTO DE OLIVEIRA	AJ-OJA	-	23/04/2015
DORALICE APARECIDA NARDINI	REQ	FC-02 ASSISTENTE	07/05/2001
EDIS DIAS LEDESMA	TJA	-	27/04/2018
FERNANDO GONCALVES REINOSO	AJ-OJA	-	06/02/2015
FRANCINE CASEMIRO	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	22/07/2005
JANA REGINA GARCIA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	09/01/2017
MAURINA ALVES DOS SANTOS PEREIRA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	14/06/2004
RAFAEL MOLINA VICARI	TJA	-	23/04/2018
RENATA MARTINS GUIMARAES TARALLO	TJA	FC-04 CALCULISTA	13/11/2015
ROGERIO ALESSANDRO CHAVES	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	04/11/2014
TELMA DANIELA FAVERO	REQ	FC-02 ASSISTENTE	07/07/2004
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			9
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			3



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [08/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Correção Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	2
LICENÇA MÉDICA/RGPS	19
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	5
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	9
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	2
TOTAL	37



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/05/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ISABELLA NAIRA DE ALMEIDA NEGRI	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/09/2017
MARCEL RENAN PARMA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/03/2018
MARIELE HELOISE SAMBINI	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2018



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/05/2018]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
CARLOS EDUARDO ANDRADE GRATAO	29
JOSUE CECATO	15

SERVIDORES	HORAS
AILTON JANUARIO JUNIOR	360
FERNANDO GONCALVES REINOSO	30
FRANCINE CASEMIRO	105
JANA REGINA GARCIA	70
RENATA MARTINS GUIMARAES TARALLO	40
ROGERIO ALESSANDRO CHAVES	480



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [08/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1.444	1.015	---
	Aguardando encerramento da instrução	1.116	841	---
	Aguardando prolação de sentença	101	158	---
	Aguardando cumprimento de acordo	281	421	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.263	1.630	---
	Pendentes de finalização	4.205	4.063	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	122	274	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	330	460	---
	Pendentes de finalização	452	734	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.525	1.372	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	106	135	---
	Pendentes de finalização	1.632	1.508	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	4	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	58	---
TOTAL		6.289	6.367	---

CORREIÇÃO ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [08/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1.319	801	---
	Aguardando encerramento da instrução	887	694	---
	Aguardando prolação de sentença	178	136	---
	Aguardando cumprimento de acordo	243	297	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	3.639	3.066	---
	Pendentes de finalização	3.704	3.114	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	180	439	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	313	329	---
	Pendentes de finalização	433	627	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.364	826	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	803	511	---
	Pendentes de finalização	1.441	904	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	3	32	---
TOTAL		5.581	4.678	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [08/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	214	213	85
Exceções de Incompetência	31	13	24
Antecipações de Tutela	177	179	9
Impugnações à Sentença de Liquidação	45	46	47
Embargos à Execução	40	51	35
Embargos à Arrematação	1	0	1
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	2	17	0
TOTAIS	510	519	201

CORREIÇÃO ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [08/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	223	174	100
Exceções de Incompetência	10	4	12
Antecipações de Tutela	277	280	10
Impugnações à Sentença de Liquidação	64	27	64
Embargos à Execução	76	61	59
Embargos à Arrematação	1	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	18	10	16
TOTAIS	669	556	261



6 - RECURSOS [08/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	791	736	132
Recurso Adesivo	28	37	8
Agravo de petição	85	88	20
Agravo de Instrumento	60	13	41
TOTAIS	964	874	201

CORREIÇÃO ANTERIOR

6 - RECURSOS [08/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	655	622	123
Recurso Adesivo	23	21	9
Agravo de petição	69	61	15
Agravo de Instrumento	78	29	50
TOTAIS	825	733	197



7 - PRAZOS MÉDIOS [08/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	471	238	211	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.205	439	380	---
Total / Média	1.676	383	344	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	481	249	218	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.216	466	394	---
Total / Média	1.697	404	355	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	247	24	25	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	954	33	32	---
Total / Média	1.201	31	31	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	129	101	212	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	279	146	233	---
Total / Média	408	132	230	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	334	1.117	2.247	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	147	892	1.058	---
Total / Média	481	1.048	2.101	---

*Do início até a extinção da execução



CORREIÇÃO ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [08/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	624	237	204	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.366	540	360	---
Total / Média	1.990	445	327	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	558	217	202	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.103	573	368	---
Total / Média	1.661	453	332	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	298	32	31	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	760	58	41	---
Total / Média	1.058	51	40	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	116	160	229	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	524	187	258	---
Total / Média	640	182	253	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	994	1.912	1.596	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	125	1.936	873	---
Total / Média	1.119	1.915	1.519	---

*Do início até a extinção da execução

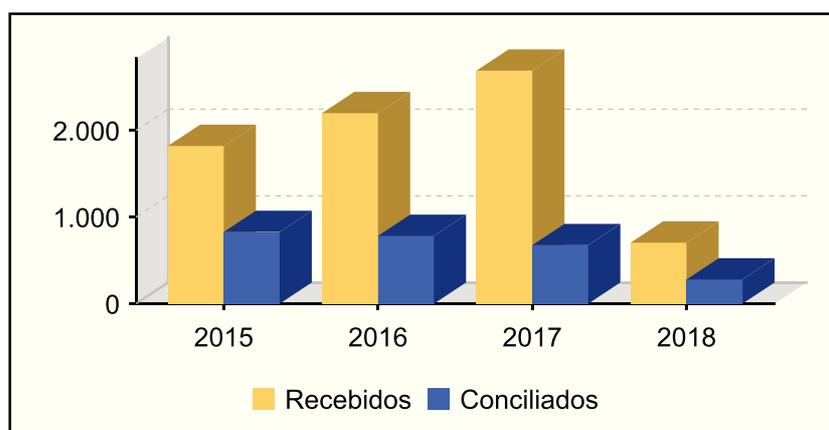


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

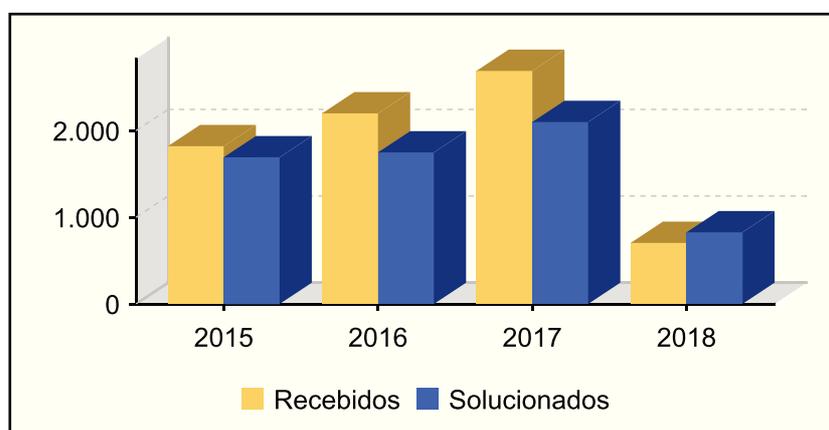
8.1 - Índice de conciliações [até 05/2018]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	1.821	828	45,47
2016	2.200	783	35,59
2017	2.690	676	25,13
2018	705	280	39,72



8.2 - Índice de soluções [até 05/2018]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.821	1.693	92,97
2016	2.200	1.749	79,50
2017	2.690	2.100	78,07
2018	705	827	117,30



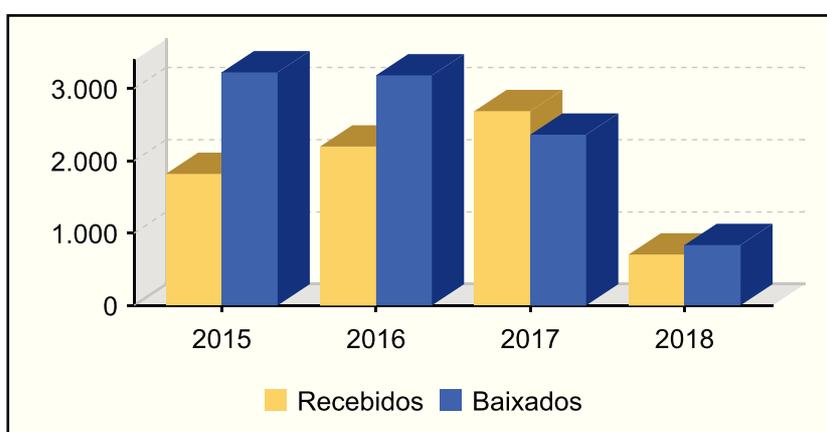


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

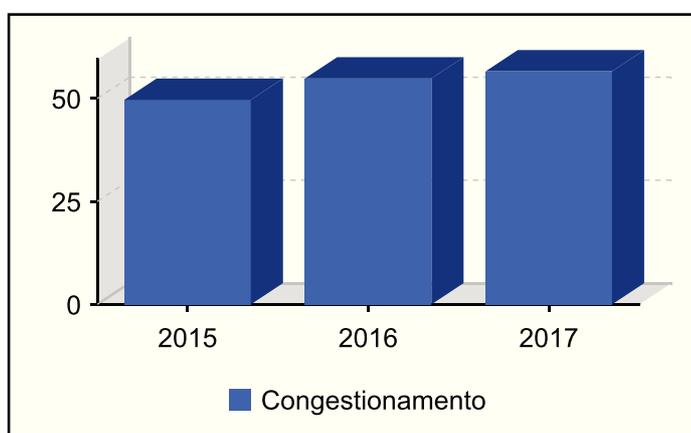
8.3 - Índice de baixas [até 05/2018]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	1.821	3.227	177,21
2016	2.200	3.185	144,77
2017	2.690	2.364	87,88
2018	705	836	118,58



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.544	1.821	1.693	49,69
2016	1.676	2.200	1.749	54,88
2017	2.150	2.690	2.100	56,61





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

As informações serão apresentadas no item
"15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS"

Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão
(novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”).



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [06/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	667	55,6	31,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.147	95,6	54,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.814	151,2	85,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	288	24,0	13,6
Incidentes Processuais Resolvidos	666	55,5	31,5
Dias-Juiz	635	52,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	35.260	71,7	44,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	50.576	102,8	63,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	85.836	174,5	108,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	13.912	28,3	17,5
Incidentes Processuais Resolvidos	32.197	65,4	40,5
Dias-Juiz	23.847	48,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	130.470	71,1	45,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	165.548	90,2	58,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	296.018	161,2	104,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	47.256	25,7	16,6
Incidentes Processuais Resolvidos	113.221	61,7	39,9
Dias-Juiz	85.233	46,4	---

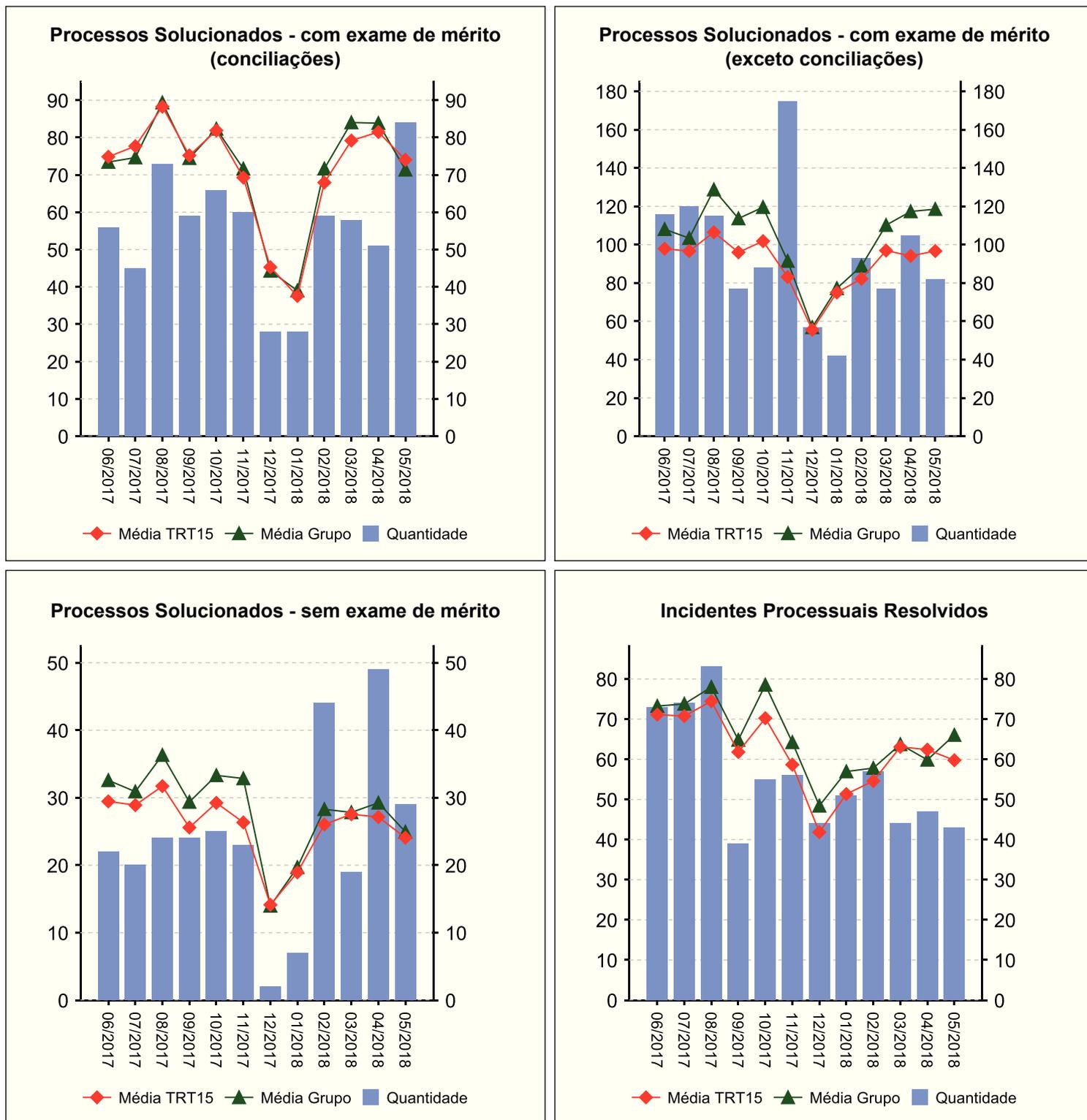
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [06/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[06/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.473	122,8	69,6
Sessões de audiência realizadas - instrução	445	37,1	21,0
Sessões de audiência realizadas - una	622	51,8	29,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	62	5,2	2,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	28	2,3	1,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.067	88,9	50,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	90	7,5	4,3
Dias-Juiz	635	52,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	23.847	48,5	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	85.233	46,4	---

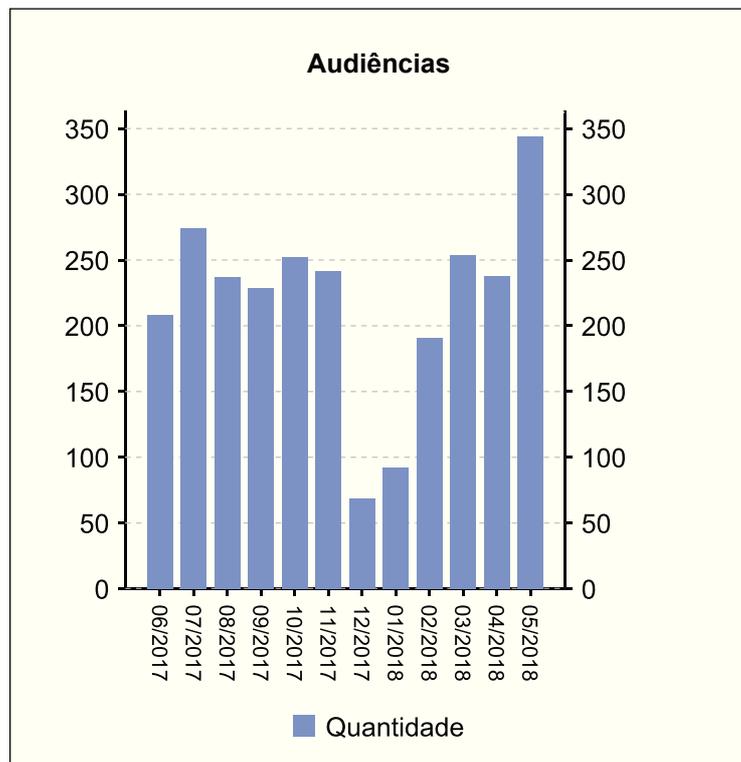


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

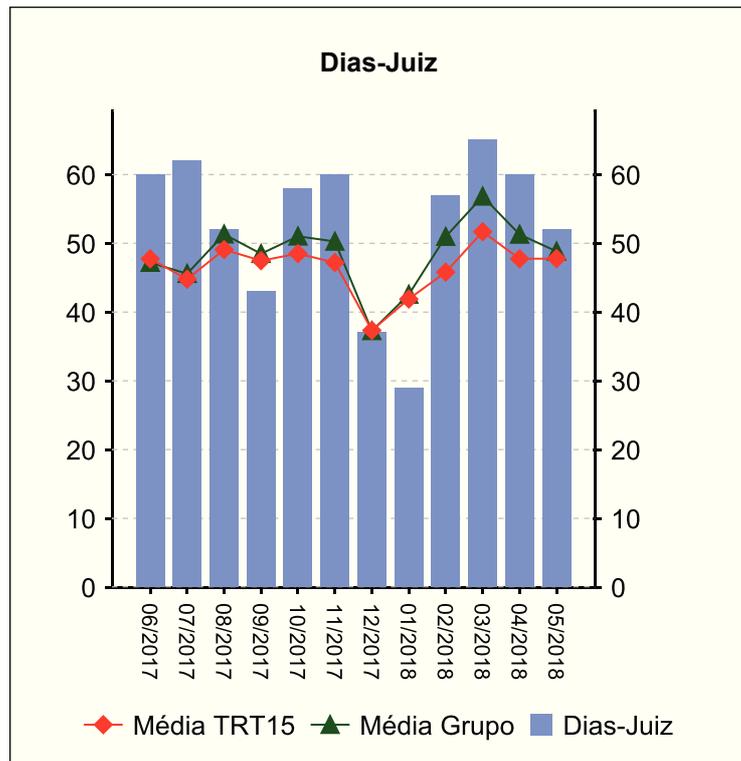
[06/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
06/2017	3	4	114	37	50	208
07/2017	1	2	163	46	62	274
08/2017	0	3	118	47	69	237
09/2017	22	3	109	36	59	229
10/2017	4	1	134	41	72	252
11/2017	11	2	132	41	56	242
12/2017	6	2	34	11	16	69
01/2018	0	2	51	17	22	92
02/2018	1	3	105	35	47	191
03/2018	3	2	144	44	61	254
04/2018	0	2	129	47	60	238
05/2018	11	2	240	43	48	344
Total	62	28	1473	445	622	2630



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
06/2017	60
07/2017	62
08/2017	52
09/2017	43
10/2017	58
11/2017	60
12/2017	37
01/2018	29
02/2018	57
03/2018	65
04/2018	60
05/2018	52
Média Mensal	52,9



CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	741	61,8	37,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	857	71,4	43,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.598	133,2	80,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	269	22,4	13,5
Incidentes Processuais Resolvidos	639	53,3	32,1
Dias-Juiz	597	49,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	34.866	70,9	44,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	42.222	85,8	53,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	77.088	156,7	97,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	14.384	29,2	18,2
Incidentes Processuais Resolvidos	30.728	62,5	38,8
Dias-Juiz	23.743	48,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.042	70,3	45,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	149.307	81,3	52,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	278.349	151,6	97,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.811	27,1	17,4
Incidentes Processuais Resolvidos	107.192	58,4	37,4
Dias-Juiz	86.052	46,9	---

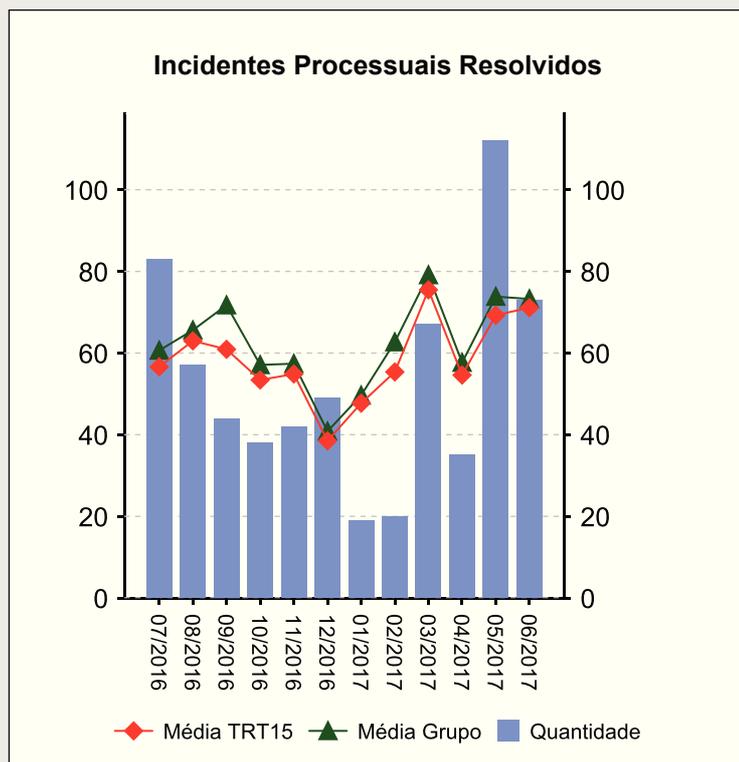
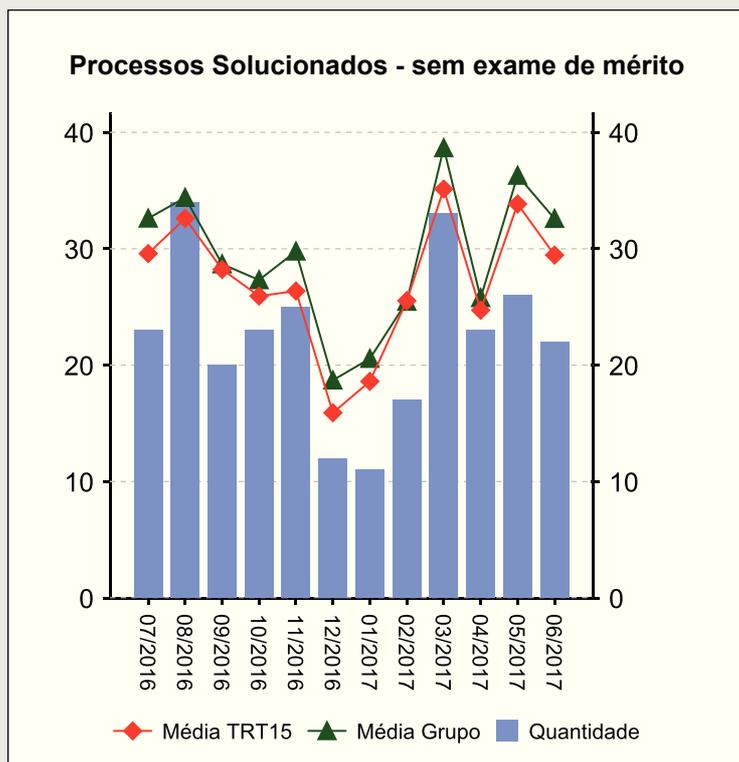
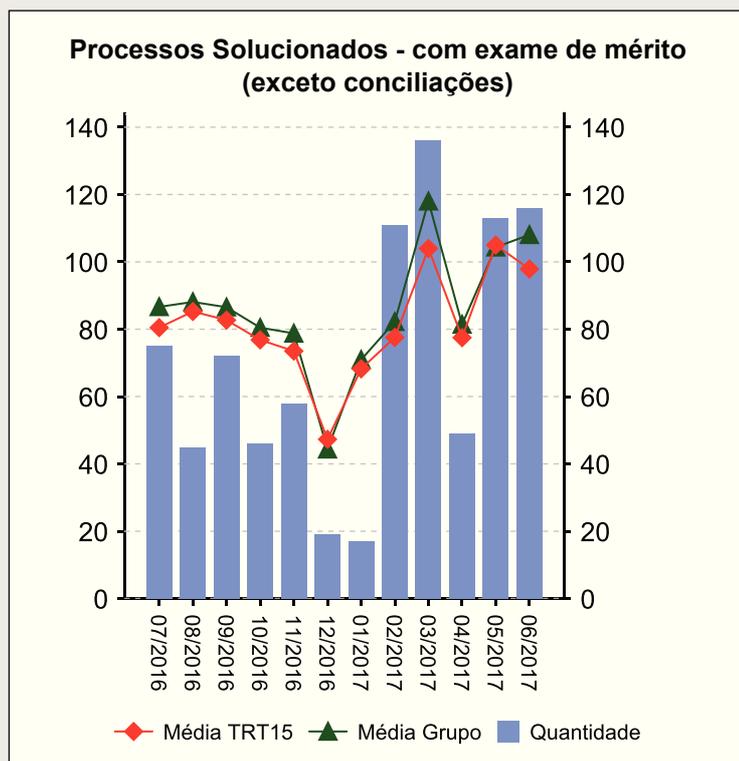
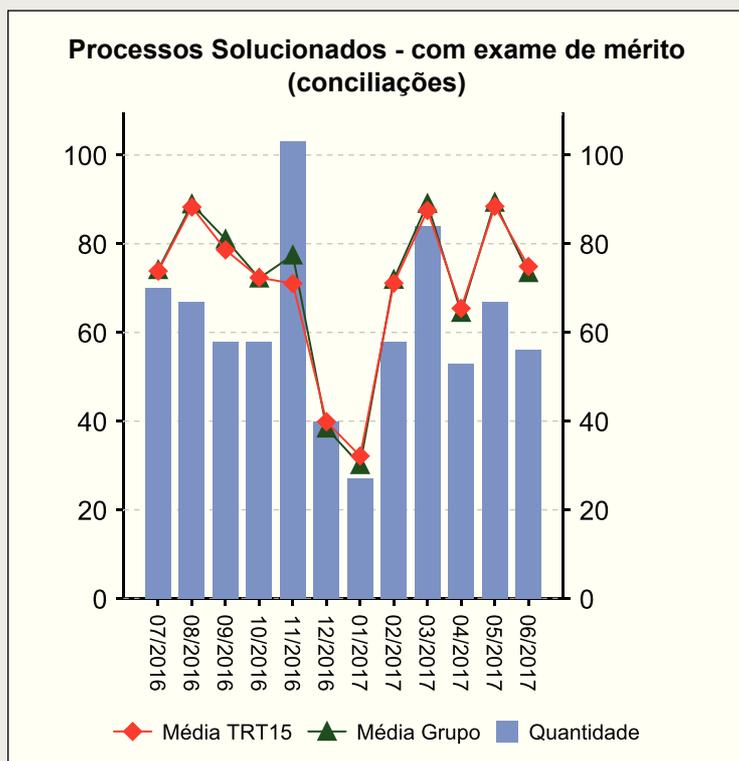
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.118	93,2	56,2
Sessões de audiência realizadas - instrução	507	42,3	25,5
Sessões de audiência realizadas - una	579	48,3	29,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	33	2,8	1,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	146	12,2	7,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.086	90,5	54,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	179	14,9	9,0
Dias-Juiz	597	49,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	23.743	48,3	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	86.052	46,9	---



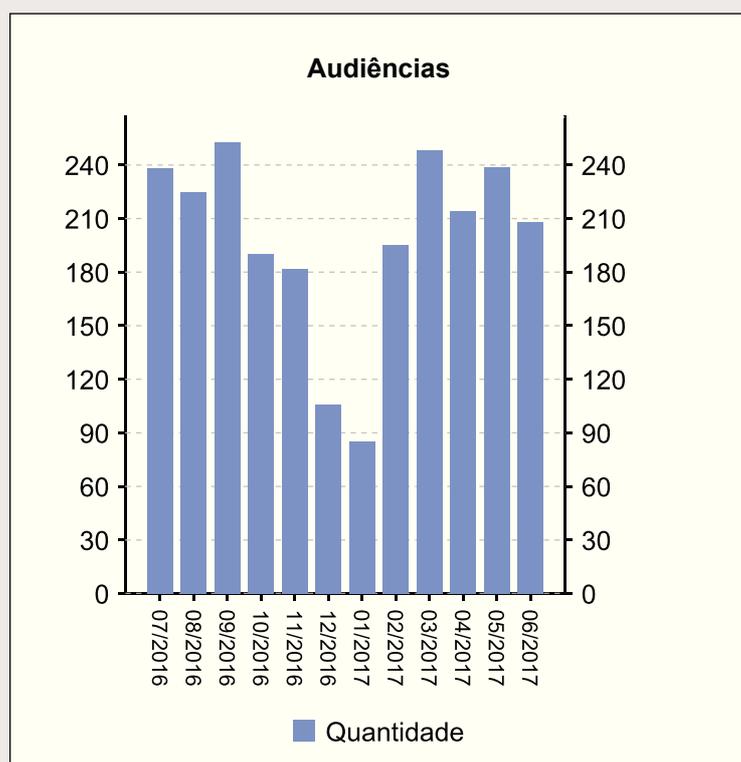
CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

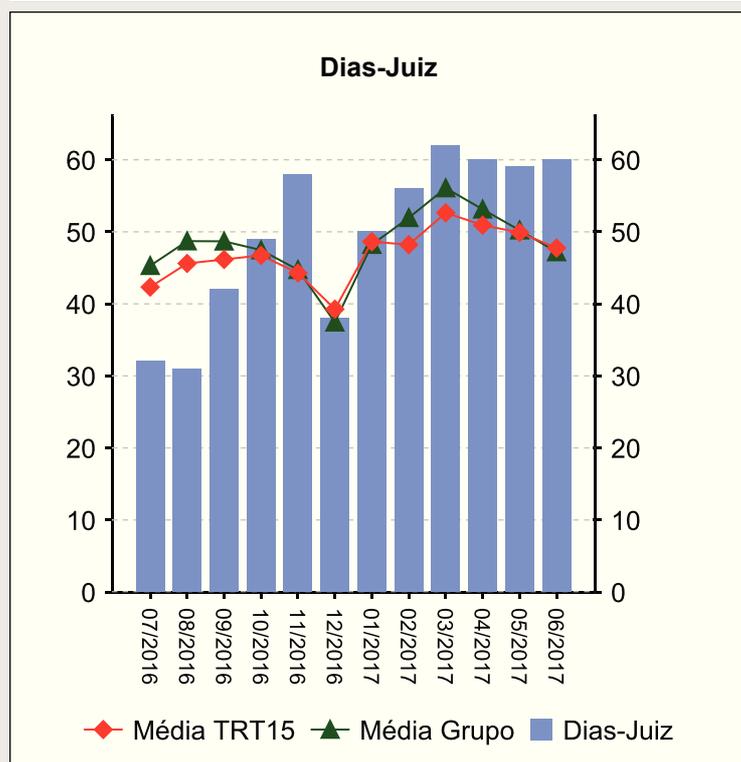
[07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
07/2016	1	8	103	43	83	238
08/2016	1	11	108	48	57	225
09/2016	8	34	114	43	54	253
10/2016	4	11	87	35	53	190
11/2016	1	15	80	42	44	182
12/2016	2	21	46	21	16	106
01/2017	0	1	46	18	20	85
02/2017	0	4	104	51	36	195
03/2017	9	6	102	76	55	248
04/2017	0	2	113	44	55	214
05/2017	4	29	101	49	56	239
06/2017	3	4	114	37	50	208
Total	33	146	1118	507	579	2383



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
07/2016	32
08/2016	31
09/2016	42
10/2016	49
11/2016	58
12/2016	38
01/2017	50
02/2017	56
03/2017	62
04/2017	60
05/2017	59
06/2017	60
Média Mensal	49,8



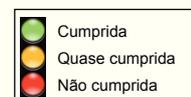
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

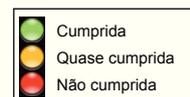
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2690	2100	2421	321	224	175	87 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

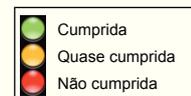
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1821	1639	1771	0	175	37	21 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
942	1179	848	0	78	98	100 %





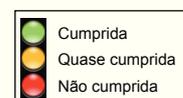
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

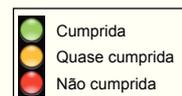
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
11	11	0	1	91 % 



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
376	423	361	83 % 





12 - ARRECAÇÃO [08/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 45.270,34	R\$ 9.342,88	R\$ 0,00	R\$ 637.902,72



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 05/2018]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2011	2
2012	1
2013	4
2014	11
2015	42
2016	409
2017	1549
2018	643



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
3316	11	2	13	2

Fonte: Portaria GP nº 20/2018 – Anexo republicado na Portaria GP nº 26/2018

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 20/2018, de 16/04/2018, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 10 servidores (mais 2 Oficiais de Justiça) está abaixo dos parâmetros fixados na referida Portaria. Não bastasse isso, há um servidor em licença para tratamento da própria saúde há mais de um ano.

Além disso, foi informado pelo gestor que na Unidade também atuam os assistentes de Juiz:

Cleiton Rocha Silva – Assistente do Juiz Substituto Josué Cecato.

Juliana Jacobs Nunes Bonilha – Assistente do Juiz Substituto Auxiliar Fixo Paulo Henrique Coiado Martinez.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 29/06/2018)

PJe		SAP		
Data de corte:	29/05/2018	Data de corte:	29/05/2018	
Saldo:	203	Saldo:	14	
Data do mais antigo:	30/01/2018	Data do mais antigo:	13/04/2018	
			Total:	217

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Como divulgado pelo Tribunal Superior do Trabalho, o Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho a partir de experiências como o Mapeamento Global de Desempenho – MGD, bem como de estudos realizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das Varas do Trabalho do país.

Para tanto, apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciais de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito e impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais. Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão (novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”), com atualizações divulgadas trimestralmente.

Observando os relatórios já disponibilizados - Período de Referência 1: 01/01/17 até 31/12/17 na Faixa de Casos Novos de 1501 a 2000, de janeiro/14 a dezembro/16) e Período de Referência 2: 01/04/17 até 31/03/18 na Faixa de Casos Novos 2001 a 2500, de abril/2014 a março/2017), tendo recebido 2.690 casos novos em 2017 - verifica-se que a Vara do Trabalho de Itápolis obteve melhora no índice Celeridade (de 0,54 para 0,49), manteve estabilidade na Força de Trabalho (de 0,52), e elevou a criticidade nos indicadores Acervo (de 0,37 para 0,40), Produtividade (de 0,67 para 0,72) e Taxa de Congestionamento (de 0,60 para 0,63). O índice Resultado apresentou, assim, negatividade de 054 (Período de Referência: 01/01/17 até 31/12/17) para 0,55 (Período de Referência: 01/04/17 até 31/03/18).

Além disso, como registrado no item anterior, foi informado que os feitos com data mais antiga se referem a cartas precatórias inquiritórias pendentes de inclusão em pauta. Nas fases de conhecimento e execução não há processos sem tramitação há mais de trinta dias e na fase de liquidação o prazo encontra-se em torno de 45 dias. Por esses motivos, são consignados elogios a toda secretaria.

15.3 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS
(fonte: informação da Unidade em 29/06/2018)

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há.



B) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G):

Não há.

C) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJe):

Não há.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010690-06.2017.5.15.0049, 0011052-08.2017.5.15.0049 e 0010293-78.2016.5.15.0049;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0001220-87.2013.5.15.0049, 0010051-56.2015.5.15.0049 e 0011078-74.2015.5.15.0049;

16.3 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, além disso a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 17/07/2018, verificou-se a existência de 523 protocolos nos últimos 12 meses, com 2 pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0010773-85.2018.5.15.0049, 0011030-81.2016.5.15.0049 e 0001761-57.2012.5.15.0049);

16.5 – há audiências designadas em 4 dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 28 no período de 06/2017 a 05/2018;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 52,9 dias-juiz nos últimos doze meses, superior à média do grupo (48,5) e à média mensal apurada na última correição (49,8).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 31,5 processos solucionados por meio de conciliações, inferior à média de referido grupo (RARIA 44,4) e à última correição (RARIA 37,2). Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 54,2, inferior à média do grupo, de 63,6 (RARIA), ainda que superior à última correição (RARIA de 43,1), resultando em média total de solucionados com exame de mérito, de 85,7 (RARIA) na Unidade, inferiores à média do grupo 108,0 (RARIA), no mesmo período e superior ao RARIA de 80,3 apurado na última correição.

Diante disso, determina-se que a Vara do Trabalho de Itápolis envie esforços para solucionar uma quantidade maior de processos visando à redução do prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, porquanto superior ao prazo médio aferido em seu grupo.

Nesse sentido, destaca-se também não ter sido cumprida no último ano a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento, com 83% de cumprimento) – conforme item 11.

18 – AUDIÊNCIAS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Conforme informado pela gestora da Unidade em 26/07/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	-	-	
INICIAIS/ Sum:	-	-	
UNAS/ Ord:	29/04/2019	-	277
UNAS/Sum:	08/11/2018	-	105
INSTRUÇÕES/Ord:	27/10/2019	26 Cartas Precatórias Inquiritórias	458
INSTRUÇÕES/Sum:	08/11/2018	-	105
CONCILIAÇÃO:	04/09/2018	-	40
MEDIAÇÃO:	29/10/2018*	-	95

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada. É utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

* vaga regular.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS **(fonte: Vara do Trabalho)**

18.1.1 – JUIZ SUBSTITUTO e JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						0
	tarde	9		3	3		15
terça	manhã						0
	tarde	9		3	3	20	35
quarta	manhã						0
	tarde	9		3	3	20	35
quinta	manhã						0
	tarde	9		3	3		15
sexta	manhã						0
	tarde			3 ou 4 (*)			0

Observações:

1. (*) às sextas-feiras as audiências são realizadas quinzenalmente.
2. O Juiz Substituto e o Juiz Substituto Auxiliar Fixo dividem igualmente a pauta.

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

O gestor informou serem adotadas medidas de incentivo à mediação, apontando que na segunda sala de audiências da unidade são realizadas as mediações dos processos da fase de conhecimento, oriundos da triagem inicial, rito ordinário, independentemente da matéria discutida, inclusive quando se trata de reclamado ente público, às terças e quartas-feiras, com a inclusão de 20 processos por dia de pauta. Informou, também, que a servidora Doralice Aparecida Nardini está capacitada pela Escola Judicial para atuar como mediadora.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou média (RARIA) de 50,4 audiências unas e de instrução menor que o resultado verificado na última correição (item 10.2 – RARIA DE 54,6), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados.

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 383 dias, maior que seu grupo (344 dias). No rito sumaríssimo, essa média é consideravelmente menor, de 238 dias, enquanto os demais feitos demoram em média 439 dias, indicando, assim, priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Em comparação com o verificado na última correição, esse prazo médio diminuiu de 445 para 383 dias, refletindo também a redução do lapso temporal entre a designação e a realização de audiências, especialmente do tipo una – atualmente 105 dias para unas do rito sumaríssimo e 277 dias para unas do rito ordinário. Inversamente, ampliou-se significativamente o lapso temporal entre a designação e a realização das instruções – atualmente em 105 dias para as instruções do rito sumaríssimo e 448 dias para as instruções rito ordinário.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado, o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 1.116, quantidade maior que a média de seu grupo (841), demonstrando tendência de aumento desde a última correição (887). Ademais, há audiências de instrução designadas até 27/10/2019 (portanto, com espera média – 458 dias- para realização da audiência maior do que verificada na última correição – 376 dias),



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

além de não ter sido atingida a Meta 5 da JT para reduzir em 4% o prazo médio de duração do processo.

Verificou-se que a Unidade realizou 2630 audiências, das quais 1473 foram do tipo inicial, 445 de instrução, 622 unas, 28 de conciliações na execução, 62 de conciliação no conhecimento. Além disso, não são mais designadas audiências iniciais e há designações de audiências UNA do rito sumaríssimo até 08/11/2018, UNA do rito ordinário até 29/04/2019, de instrução do rito sumaríssimo até 08/11/2018, de instrução do rito ordinário até 27/10/2019, de conciliação até 29/08/2018 e de mediação até 03/10/2018.

19 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foi realizada reunião com trio gerencial.

Como constatado nos itens 14 e 15.2 supra, a lotação da unidade prevê 13 servidores, todavia conta com apenas 10 servidores, sendo que um deles encontra-se em afastamento para tratamento da própria saúde há mais de um ano. Ainda assim, a unidade não possui processos sem tramitação há mais de trinta dias nas fases de conhecimento e execução, ademais, na fase de liquidação o prazo encontra-se em torno de 45 dias. Nesses moldes, o Corregedor reitera os elogios à secretaria.

As vagas de pauta foram atualizadas para a data de hoje, conforme quadro 18. A gestora informa ainda que há 20 processos com laudo pericial apresentados, 191 processos aguardando a apresentação do laudo e 5 processos aguardando esclarecimentos do perito.

A pauta de CONCILIAÇÃO é destinada às tentativas de acordo na fase de liquidação e na fase de execução, ao passo que a pauta de MEDIAÇÃO, à fase de conhecimento.

Pauta extraordinária de cartas precatórias inquiritórias às sextas-feiras quinzenalmente, em média de 3 a 4, excepcionalmente 7, em se tratando de um mesmo produtor rural, mesmas testemunhas.

Modelo de gestão. A gestora se vale das tarefas do PJe combinada com as fases processuais. Relata a preferência desse modo de gestão e faz uso do SICOND para que os processos não deixem de ser tramitados. Em face do rol de processos analisados por esta Corregedoria (item 22 – PROCESSOS ANALISADOS), recomenda-se a intensificação e melhor exploração da ferramenta.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Tramitação na fase de conhecimento e na fase de execução estão dentro dos 30 dias. Enquanto na fase de liquidação, o vencimento é de junho de 2018, em razão do período de férias do calculista.

O controle de perícias está plenamente implementado na unidade e não há determinação de honorários prévios.

A Corregedoria constata que a Unidade tem criada a subcaixa “Razões Finais”, na caixa “Cumprimento de providências”, da qual deve se valer a fim de evitar processos fora do fluxo, em observância da Portaria GP-CR 89/2015 que regulamenta o lançamento de conclusão para magistrado para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais. Ainda, destaca a Corregedoria que a prática é relevante para a extração de relatórios pertinentes a questões relacionadas a magistrados. No mais, alerta-se para o acompanhamento frequente e rigoroso de movimentação, como origem ou destino, de processos da subcaixa de “Razões Finais”.

Constata-se que a assinatura de despachos tem demandado cerca de 15 a 20 dias, razão pela qual a Corregedoria determina aos Magistrados que é necessário envidar esforços para, diariamente, analisar e dar prosseguimento (com assinatura ou devolução para eventuais retificações) às minutas de despachos, decisões e sentenças no Gerenciador de Informações de Magistrado (GIM) e demais expedientes vinculados ao seu nome na tarefa "analisar expedientes da Secretaria" no painel do magistrado, nos termos da Recomendação CR nº 08/ 2017

Fragmentação de pedidos. Conforme se verifica por amostragem, há evidências de processos em que houve desmembramento de pedidos, tendo os reclamantes ajuizado de 03 a 04 ações, em face do Município de Itápolis.

Exemplificativamente:

0012409-23.2017.5.15.0049
0012408-38.2017.5.15.0049
0012411-90.2017.5.15.0049

0012170-19.2017.5.15.0049
0012172-86.2017.5.15.0049

0012215-23.2017.5.15.0049
0012217-90.2017.5.15.0049
0012213-53.2017.5.15.0049
0012212-68.2017.5.15.0049

0012548-72.2017.5.15.0049
0012550-42.2017.5.15.0049



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A estratégia de fragmentação de pedidos evidentemente aumenta artificialmente o número de ações na Vara. Assim, delonga as pautas e prejudica o andamento dos processos para os demais reclamantes. Em suma, de forma egoísta, prejudica o andamento dos demais reclamantes para uma razoável duração do processo, constituindo evidente abuso do direito de litigar, o que não pode ser tolerado pelo Judiciário Trabalhista.

Assim, o Corregedor sugere que o Magistrado reexamine o tema, determinando, por exemplo, o apensamento das reclamações à mais antiga ainda não julgada.

Noticiado que o Assistente de Diretor atua em regime de teletrabalho, o Corregedor entende que o bom desempenho e a elevada produtividade do servidor e o seu comparecimento na unidade de um a dois dias na semana e diariamente nos casos de afastamento da diretora não prejudicam o bom andamento do processo de trabalho, tampouco da gestão de processos. Nesse sentido, não tem nada a opor.

Fase de liquidação. A fase de liquidação é prejudicada porque necessita que os municípios cumpram com a determinação para efetivar as incorporações de verbas de condenação previamente à análise das contas de liquidação.

Detecta-se o procedimento de arquivamento de processos da fase de liquidação quando silentes as partes à determinação para apresentação de cálculos. Diante disso, a Corregedoria orienta pela abstenção do procedimento, devendo ser liquidadas as sentenças. E, destacando a aplicação da prescrição intercorrente somente no curso da execução, posteriormente, para eventual arquivamento, orienta pela observância da Recomendação nº 03/GCGJT, de 24/07/2018, que trata de diversos procedimentos em relação à prescrição intercorrente por juízes e desembargadores do trabalho.

Ao longo do presente trabalho correicional constata-se até a presente data que:

1. foram distribuídos 1.042 processos na unidade;
2. a pauta UNA para o procedimento ordinário está para 29/04/2019;
3. a pauta de INSTRUÇÕES está para 27/10/2019;
4. 556 processos contra entes públicos, mormente municípios de Itápolis, Ibitinga, Tabatinga e Novo Horizonte, em matéria de direito recorrentes foram excluídos de pauta em abril deste ano de 2018 para providências junto ao Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Estadual. Silentes ambos os órgãos, todos os processos foram reincluídos nas vagas de audiências UNA e nas três primeiras vagas da pauta de MEDIAÇÃO e conseqüentemente a pauta chegou até 10/04/2019. No tocante à intimação da redesignação, verifica-se que os municípios da região já acolhiam a notificação eletrônica, com depósito de sua



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

procuração pública na própria unidade. Nessa esteira, por acordo com os órgãos públicos, as intimações se deram por Diário Eletrônico, salvo quanto ao município de Novo Horizonte;

5. a reorganização da pauta demandou a atuação exclusiva da Diretora da unidade, desde então.

Considerando os fatos acima mencionados, este Corregedor entende que não foi razoável o reagendamento das reclamações movidas contra as municipalidades. E, em que pese a indefinição da pauta em decorrência do afastamento prolongado do antigo Juiz Titular, também entende que não é razoável a designação de audiências de instrução para outubro de 2019. Acrescenta que a demasiada extensão da pauta decorre da inclusão de processos discutindo apenas questões recorrentes de direito.

E, ao ponderar que há sérios riscos de os futuros titulares naturalmente permanecerem por pouco tempo na Vara do Trabalho de Itápolis, justifica, excepcionalmente, que a Corregedoria fixe doravante a pauta a ser implementada e DETERMINA:

1. que os 556 feitos mencionados acima sejam retirados de pauta, intimando-se as partes para apresentação de contestação e réplica, com prazos sucessivos. Decorridos os prazos, os feitos deverão ser levados imediatamente à conclusão para prolação de sentenças, sendo no mínimo 50 processos para cada magistrado, totalizando 100 processos por mês;
2. que seja feita readequação da pauta, de maneira que as audiências UNAs de feitos submetidos ao rito ordinário sejam realizadas no prazo de 90 dias, rito sumaríssimo em até 60 dias e que o prazo para as audiências de INSTRUÇÕES fiquem estagnadas no mês de outubro/2019;
3. que os feitos exclusivamente de matérias de direito não sejam incluídos em pauta, conforme RECOMENDAÇÃO GP-CR Nº 04/2012;
4. que os processos com pedidos de perícia sejam incluídos em pautas de mediação/INI;
5. que sejam realizadas por dia, ao menos, 9 audiências UNAs e 5 INSTRUÇÕES, a fim de que o prazo das instruções não ultrapasse o mês de outubro/2019.

20 – RECOMENDAÇÕES:

- 20.1** – utilizar a modelagem de gestão de processos, divulgando os arquivos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

disponibilizados pela Corregedoria (Extranet – Jurídico – Orientações do Corregedor);

20.2 – utilizar a Tabela Dinâmica do SAP1G (se houver processos físicos) como instrumento de gestão dos feitos sem tramitação; para o gerenciamento dos processos eletrônicos, utilizar relatório Sicond (extranet – menu “jurídico” - visualizar estatísticas, gerando arquivo para criar tabela dinâmica conforme roteiros disponíveis na Extranet – Orientações da Corregedoria);

20.3 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que ao menos no PJe fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

21.3 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 1, E. CNJ (julgar o equivalente a 90% da quantidade de processos de conhecimento distribuídos no ano); Meta 6, E. CNJ (identificar e julgar ações coletivas distribuídas até 31/12/2014) e Meta 5, JT (reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016); respectivamente, com 87%, 91% e 83% de cumprimento;

21.4 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

21.5 – tramitar nos processos a ocorrência “PAN” ou encaminhá-los para a tarefa “minutar sentença”, conforme Portaria GP-CR N° 89/2015, após encerrada a instrução processual, independentemente da designação de audiência de julgamento;

21.6 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR n° 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante;

21.7 – proceder a readequação da pauta, conforme especificado no item 19, desta ata.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 17/07/2018 e 18/07/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0010090-48.2018.5.15.0049	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando Audiência" pendente desde 22/06/2018, mas não há audiência marcada. No feito já houve inclusive prolação de sentença e está no prazo para recurso ordinário. Outrossim, na hora de fazerem notificação da sentença, colocaram prazo "0", o que dificulta o vencimento automático.	Corrigir o fluxo processual.
2	0011447-68.2015.5.15.0049	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando Audiência" pendente desde 13/11/2017, sem audiência marcada e com determinação para expedição de carta precatória, conforme audiência 06/10/2017, o que até agora não foi realizado.	Cumprir integralmente a determinação judicial.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

3	0010636-45.2014.5.15.0049	Processo eletrônico na tarefa "Cumprimento de providências" pendente de expedição de carta precatória desde 04/10/2017, o que até a presente não foi realizada.	Cumprir integralmente a decisão judicial.
4	0011179-14.2015.5.15.0049	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando audiência - Liq". Os autos baixaram da segunda instância e foram remetidos para essa tarefa, mas não há despacho designando audiência e também não há nenhuma marcada na aba correspondente.	Regularizar a tramitação do feito.
5	0011648-26.2016.5.15.0049	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando cumprimento de acordo ou pagamento" na subcaixa 2021/06 - 2ª quinzena, porém nota-se que o acordo foi realizado com o levantamento do depósito recursal + diferença a ser adimplida em 15 dias.	Regularizar a tramitação do feito.
6	0010963-53.2015.5.15.0049	Processo eletrônico na tarefa "Cumprimento de providência" teve um acordo homologado em 22/09/2017, mas consta na tarefa supracitada.	Regularizar a tramitação do feito.
7	0011126-62.2017.5.15.0049	Processo eletrônico na tarefa "Expedir RPV - Precatório". Apesar dos processos mais antigos da tarefa datarem de abril de 2018, nota-se que seus prazos venceram há mais ou menos um mês atrás - quando permaneceram nesse período na tarefa de prazo vencido. Após, foram tramitados para a tarefa atual sem expedição do competente documento.	Dar prosseguimento ao feito.
8	0000346-05.2013.5.15.0049	Processo físico na ocorrência DES - despacho desde 23/04/2014, quando foi conhecida a impugnação à Sentença de Liquidação. Não houve qualquer tramitação posterior.	A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
9	0000428-02.2014.5.15.0049	Processo físico na variável 131 do e-GESTÃO (Antecipações de tutela pendentes). Em 15/01/2018 foi registrada a ocorrência "RMT -Remessa ao E. TRT da 15ª Região para processar recurso".	Sanear inconsistência.
10	0009700-93.2009.5.15.0049	Processo físico na variável 144 do e-GESTÃO (Impugnações à sentença de liquidação pendentes). Em 31/01/2018 foi registrada a ocorrência " PJE -Migrado ao Processamento Eletrônico".	Sanear inconsistência.
11	0114000-09.2009.5.15.0049	Processo físico na variável 150 do e-GESTÃO (Embargos à execução pendentes). Em 19/04/2018 foi	Sanear inconsistência.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		registrada a ocorrência " PJE -Migrado ao Processamento Eletrônico" sem julgamento do incidente.	
12	0000142-92.2012.5.15.0049	Processo físico na Variável 342 do e-gestão (pendentes de finalização – fase de conhecimento), com última ocorrência “APS – apensado ao processo 1901-28.2011”. Verifica-se que o processo ao qual foi apensado encontra-se em carga com o juiz desde 08/08/2017 Para Julgamento - Prolatar Sentença Ao Juiz Afranio Flora Pinto	Priorizar o julgamento dos processos mais antigos na Unidade, para cumprimento da Meta 2 do CNJ.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Comparecem o Presidente da OAB – Subseção Itápolis Dr. Antônio Donizete Sacilotto, OAB 88660 e Dr. Edmar Peruzzo, OAB 2801.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – O MM. Juiz Substituto JOSUÉ CECATO está autorizado a residir fora da sede da circunscrição (PA 352/2018).

24.2 – O Juiz Substituto Auxiliar Fixo PAULO HENRIQUE COIADO MARTINEZ está autorizado a residir fora da sede da circunscrição (PA 1457/2016).

24.3 – O Exmo. Desembargador-Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença, bem como sobre as respectivas autorizações para residir fora da sede da circunscrição.

24.4 – Foi informado pela Sra. Diretora de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4074/2016.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 26 de julho de 2018, às 17h, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador-Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.